

42º Encontro Anual da ANPOCS

*SPG38 Sexualidade e gênero: política,
direitos e sujeitos*

Encontro de Mulheres Estudantes da UNE: dinâmicas sócio-políticas em torno de militâncias, violências e identidades

Hyldalice de Andrade
Paula Lacerda

Introdução

Neste trabalho, discutimos algumas questões resultantes da investigação sobre o que designamos por feminismo universitário e suas estratégias políticas de combate à violência de gênero no ambiente da universidade e do movimento estudantil. A violência de gênero, constantemente referida como “machismo”¹, passa a ser percebida como um problema no ambiente universitário por meio das denúncias de “casos”, das demandas por soluções institucionais, frequentemente tidas como insuficientes, e das estratégias da militância feminista que, nos últimos anos, vem se consolidando nas universidades. Dentre as estratégias formuladas pelo feminismo universitário para o enfrentamento à violência de gênero, analisamos a “auto-organização” como forma de construção de “espaços seguros” para mulheres. O Encontro de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes, EME da UNE, constitui-se como um desses espaços, o qual nos parece garantir acesso privilegiado à observação das questões acerca da “auto-organização”, que, por sua vez, relacionam-se a dinâmicas sócio-políticas em torno de militâncias, violências e identidades.

Em 2015, a primeira autora – naquele momento, aluna de graduação – iniciou trabalho de campo no VI EME da UNE, realizado em maio na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em Curitiba. No ano seguinte, em março, o trabalho de campo foi continuado na VII edição do encontro em Niterói, na Universidade Federal Fluminense (UFF) e em sua última edição, ocorrida entre 30 de março e 01 de abril desse ano, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Para além dos encontros, outros eventos organizados pelo feminismo universitário foram tomados como objetos de observação no Rio de Janeiro, tais como “rodas de conversa”, “reuniões” e “atos públicos”. Também, um conjunto extenso de materiais coletados da internet conformou o objeto de estudo, entre os quais se incluíram relatos públicos, notas de repúdio, cartas de elucidação, moções, além da observação de interações via redes sociais como *Facebook* e *Whatsapp*.

¹ Neste texto, termos e expressões êmicas estão destacadas entre aspas. Utilizamos itálico para marcar palavras em língua estrangeira e distinguir o emprego de conceitos e noções desenvolvidas por outras autoras e autores.

Atualmente, a realização de entrevistas semi-estruturadas com participantes do encontro tem ampliado os dados da pesquisa.²

Em nossa análise sobre os EMEs, buscamos compreendê-los como situações sociais³, examinando as maneiras como organizações políticas e participantes se manifestam diante dos “casos”, compreendidos também como “tretas”. Recuperamos esta categoria no sentido proposto por Carvalho (2017) em sua análise sobre os limites e as potencialidades de produção da solidariedade em interações sociais mediadas pela tecnologia. Segundo o autor, “treta” é uma categoria êmica usada, sobretudo por jovens, para se referir a um conjunto amplo de conflitos ocorridos em espaços pensados numa relação de continuidade entre as esferas *online* e *offline*. Por outro lado, no contexto do movimento estudantil e feminista universitário, “caso” é a forma política assumida por acontecimentos indexados segundo tipos de opressão social, tais como o “machismo”, o “racismo” e a “LGBTfobia”. Portanto, um “caso” se constrói a partir da denúncia de um episódio de violência, geralmente publicada em redes sociais na forma de notas e moções de repúdio ou relatos pessoais, ou ainda, narrada em espaços presenciais de reuniões, assembleias, em conversas informais, dentre outros eventos do cotidiano acadêmico e militante da universidade. Nesse sentido, uma “treta” é percebida como um conflito, uma oposição de ideias, sentimentos e interesses, uma divergência entre agentes sociais, suscetível à produção de sínteses. Em contrapartida, um “caso” é compreendido como um episódio que forçosamente envolve uma violência, em que há vítimas, agressores e demandas por soluções expressas em pedidos de reparação, punição e/ou conciliação.⁴

Frequentemente, em vista dos efeitos e das reações que a exposição dos sujeitos envolvidos pode acarretar, nas denúncias públicas, as identidades são preservadas, predominando a lógica da “política do boca em boca”: os “casos” viram assunto e,

² Até o momento, foram entrevistadas três participantes que nas últimas edições do EME estiveram envolvidas em sua organização.

³ Gluckman (1958) propõe que a análise de situações sociais, isto é, eventos particulares em que se observa o comportamento de indivíduos e grupos como membros de uma comunidade, constitui um método eficaz para acessar a teia de relações que constituem a estrutura social.

⁴ Embora não seja possível, nos limites desse artigo, desenvolver esses aspectos aqui, também nos inspiramos na noção de *affaire* trabalhada na tradição francesa por autores como Boltanski (1984), Claverie (1998), Boltanski e Claverie (2007). Em síntese, no contexto de uma sociologia pragmatista, os autores defendem que um *caso* é um formato recorrente de uma linguagem política e resultado de um não acordo entre as partes, mobilizando a opinião pública, imprensa, etc.

circulando como boato, as pessoas envolvidas são identificadas. A partir do momento em que se torna público, um “caso” divide opiniões: sobre a interpretação da violência, sobre o que ou quem é responsável pela violência, sobre a legitimidade da própria denúncia e da vítima. Assim, as múltiplas narrativas sobre o “caso” ensejam polêmicas e disputas, o que contribui para que se prolongue no tempo – particularmente, no ambiente das tensões políticas do movimento estudantil, tais disputas adquirem mais fôlego quando o “caso” envolve militantes. A partir da compreensão de que, tratando-se do método etnográfico, *cada caso não é um caso* (FONSECA, 1999) e considerando a centralidade que estas expressões da violência assumem no contexto do feminismo universitário, julgamos que ao nos debruçarmos sobre algumas delas seja possível elaborar uma análise desse cotidiano militante na sua relação com a violência. Assim, a análise desses eventos particulares – dos EMEs, seus “casos” e “tretas” – configura um método bastante ilustrativo para realçar as questões que enfatizamos neste trabalho.

O presente texto está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira delas, definimos o que chamamos de feminismo universitário como a articulação de diferentes campos feministas. Nossa análise se concentra principalmente em examinar a relação desses feminismos com o movimento estudantil e, assim, descrevemos o EME da UNE como um espaço que se pretende “seguro” para mulheres, mas que é eivado de conflitos. Na segunda parte, exploramos um dos principais conflitos desse espaço: as disputas em torno da “auto-organização” e das definições de “mulher” que se desenrolam entre feministas que defendem a participação de mulheres trans⁵ no encontro e as que se posicionam de forma contrária a sua inclusão. A partir da análise de um “caso” ocorrido na VI edição do encontro, discutimos os limites da construção do EME como um “espaço seguro” e refletimos sobre os dilemas que se reinventam na política feminista contemporânea.

Feminismos, movimento estudantil e o EME da UNE

Ao lançarmos nosso olhar sobre o feminismo universitário, apoiamo-nos na abordagem de Sônia Alvarez (2014) que, enquadrando os feminismos brasileiros e latino-americanos como *campos discursivos de ação*, elabora uma linguagem conceitual para

⁵ Utilizamos o termo trans em referência aos sujeitos que, de múltiplas formas, expressam sua identidade de gênero em desacordo com o sexo que lhes foi atribuído ao nascerem.

repensar suas trajetórias e as dinâmicas contemporâneas em que estão inseridos. A autora propõe uma revisão interpretativa de três momentos: 1) a configuração do feminismo no singular no contexto da ditadura na década de 1970; 2) a pluralização dos feminismos e o “*mainstreamed*” do conceito de gênero no período de redemocratização e emergência do neoliberalismo e 3) a multiplicação de campos feministas num fluxo mais horizontal, plural e heterogêneo de discursos e práticas a partir dos anos 2000. Nessa perspectiva, observamos que a já antiga relação entre feminismos e academia é permeada por esse terceiro movimento: os espaços universitários, especialmente do movimento estudantil, configuram-se como pontos de articulação onde se encontram e atuam diversos campos feministas.

Segundo a proposta da autora, os campos feministas são constituídos por um conjunto amplo e heterogêneo de agentes, individuais e coletivos, de lugares sociais, culturais e políticos, que se estruturam em agrupamentos mais ou menos formalizados – da feminista independente que atua na lógica do “faça você mesmo”, passando pela “coletiva” de feministas radicais que atua em determinada faculdade sem qualquer financiamento, às ONGs que se articulam a organizações transnacionais. Estes campos se movimentam lateralmente, abarcando diversas instâncias da sociedade civil, e verticalmente em direção à sociedade política: ao Estado e outros setores dominantes nacionais e internacionais. O maior ou menor acesso a recursos materiais e à visibilidade política varia em diferentes momentos, no domínio de distintas agentes e vertentes. Em contextos específicos, diversos atores podem servir como pontos nodais articuladores desses campos: desde setores da Igreja, ONGs, espaços dentro da estrutura estatal e, em nossa análise, as universidades.

Em um emaranhado de interlocuções, através de redes político-comunicativas, os campos se articulam a uma gramática política que é, simultaneamente, compartilhada e disputada – as noções de “auto-organização”, “espaço seguro”, “mulher” e “gênero” são alguns exemplos que serão discutidos mais adiante. Os campos feministas são, portanto, constituídos por relações de poder, conflitos, lutas semânticas e disputas político-culturais. Neles, a política é empreendida na construção e no exercício da cidadania, na imaginação e reivindicação de direitos, na formação das identidades, em suas negociações e disputas. Estão sempre em fluxo e, periodicamente, enunciam novos

campos. Inseridos em determinada conjuntura histórica, agem dentro de um campo de possibilidades em que determinadas práticas e discursos feministas são permitidos e até incentivados ao mesmo tempo em que outros são reprimidos e até criminalizados.

A presença dos feminismos em ambientes universitários não é uma novidade, mas, em contexto recente, estudantes autoidentificadas feministas foram incitadas – e incitantes – em um processo de reorganização e mobilização dos feminismos na esfera pública e os espaços universitários, especialmente do movimento estudantil, passaram a configurar pontos de articulação onde se encontram e atuam diversos campos feministas. Neste cenário, que se delineou no início da década de 2010, sobretudo marcado pela efervescência das grandes manifestações de Junho de 2013, a ascensão dos feminismos, do movimento negro e LGBT no ambiente universitário é representada pela categoria do “combate às opressões”. A emergência da organização desses grupos marcados pela diferença de gênero, raça e orientação sexual vem acompanhada de uma proliferação de denúncias sobre episódios de violência e discriminação contra esses sujeitos no ambiente acadêmico e do movimento estudantil. Atualmente, tratar de temas relativos à educação pública e à assistência estudantil sem considerar as especificidades desses grupos, sem levantar a pauta do “combate às opressões”, tornou-se reprovável e até violento nesse contexto. Esse movimento se realiza em uma conjuntura, simultaneamente, marcada pela difusão dos feminismos – aliada a alterações nas percepções quanto ao que classificamos como violência – e pela intensificação de reações conservadoras na esfera pública (FACCHINI; FERREIRA, 2016).

Nos espaços universitários, principalmente do movimento estudantil, o que antes era frequentemente considerado como um delírio de “mulheres mal amadas” ganhou corpo numa proliferação de frentes e núcleos de mulheres, de “coletivas” e coletivos feministas, de espaços auto-organizados, de campanhas contra “trotes machistas”⁶, estupro e assédio sexual na universidade, de atos e oficinas de cartazes, de demandas por representação e inclusão das pautas feministas no movimento estudantil. Nesse contexto de mobilização política da juventude universitária, o ambiente acadêmico se configura

⁶ Trote é o termo pelo qual é referido o conjunto de atividades que marcam a recepção de calouros e calouras na universidade. Na organização destas atividades, comumente, é reproduzida uma série de rituais de humilhação que atingem especialmente mulheres, pessoas negras e LGBTs.

como um importante ponto de articulação de diversos campos feministas, tais como do feminismo negro e interseccional, do campo transfeminista, do feminismo radical⁷, os quais muitas vezes se interseccionam a variadas organizações de esquerda, ampliando e complexificando ainda mais o cenário já múltiplo. Ao conjunto de agentes coletivas e autônomas, que constroem a política feminista nas universidades através desses diversos *campos discursivos de ação*, atribuímos o termo feminismo universitário.

A atuação desses campos é descentrada em variadas formas de organização e ação política: abarca setores de juventude de partidos políticos; coletivos, frentes e núcleos feministas que representam estudantes de um curso específico ou abrangem suas atividades à universidade; “coletivas” de feministas radicais, articuladas por mulheres cis⁸, e feministas “independentes”⁹ que constroem sua militância de forma autônoma. Além desses espaços gerados particularmente pela militância feminista, há também ocupação das instâncias do movimento estudantil, como os centros acadêmicos, diretórios de estudantes e a União Nacional dos Estudantes, especialmente o EME da UNE. Estes diversos espaços, tanto os mais institucionalizados quanto os menos formalizados, estão situados na atual cultura-rede, conectados à internet pelas redes sociais, principalmente por meio dos grupos de *Facebook* e *Whatsapp*.¹⁰

⁷ O feminismo radical se caracteriza, sobretudo, pela concepção de patriarcado como um sistema universal de dominação, em que homens (compreendidos como machos) subjagam mulheres (as fêmeas) e onde os papéis de gênero e sexualidade (heterossexual) são cruciais em sua manutenção. Outra posição chave do feminismo radical é a defesa do abolicionismo em relação à prostituição, à pornografia e ao próprio gênero (reduzido aos seus papéis estereotípicos de “homem” e “mulher”).

⁸ A categoria cis ou cisgênero emerge dos estudos transfeministas para designar as identidades de gênero que se expressam em conformidade com o sexo designado no nascimento. A dicotomia cis/trans contribui para a problematização do discurso que concebe pessoas trans como o “outro”, constituídas em relação a um “normal”.

⁹ Militantes que constroem e participam do feminismo universitário de forma autônoma, mas não necessariamente crítica, em relação às organizações políticas de esquerda e coletivos de feministas radicais. Não raro, integrantes de coletivos políticos também utilizam o termo “independente” para se identificar e distinguir de militantes organizados em partidos políticos.

¹⁰ O feminismo universitário, ainda que não se configure estritamente como um ciberfeminismo, está amplamente inserido no que Ferreira (2015) analisa sobre a relação entre as novas gerações, estéticas feministas e os usos da internet e das redes sociais como ferramenta de articulação, reflexão e expressão política. Em sua análise, a autora propõe que essa relação configura elemento importante para compreender como, na atualidade, os feminismos têm alterado convenções e práticas políticas relativas às noções de violência e corporalidade.

O EME da UNE é um fórum que propõe discutir as pautas feministas, principalmente as específicas das mulheres estudantes, fortalecendo-as no ambiente do movimento estudantil e das universidades. De acordo com informações do site oficial da entidade, ele surge como “fruto da reação das estudantes ao machismo presente em diversos espaços do movimento estudantil”. Em 2005, ocorreu a primeira edição do encontro em São Paulo, que reuniu cerca de 160 estudantes e foi importante para a criação de diversos coletivos de mulheres nas universidades. No momento em que surgiu, o encontro era majoritariamente composto por integrantes da UNE, contudo, vem sendo cada vez mais ocupado por participantes que não se organizam em coletivos e partidos políticos. Desde então, os encontros vêm crescendo em número de participantes e temáticas alcançadas. Em 2015, o encontro duplicou o número de participantes em relação à edição anterior, reunindo 800 credenciadas. A VII edição, em 2016, reuniu cerca de 2500 participantes e a última, ocorrida neste ano, alcançou o mesmo número. De modo geral, o evento é composto por jovens feministas e, nos últimos anos, consolidou-se como o principal espaço de encontro do feminismo universitário no Brasil.

O modelo “auto-organizado por mulheres” é defendido desde a sua primeira edição como uma necessidade das mulheres de possuírem um espaço próprio para discussão de suas pautas, isto é, a produção de um espaço que não seria atravessado pelas hierarquias de gênero, as quais objetam a formação dessas mulheres enquanto sujeitos políticos do movimento estudantil e até mesmo do feminismo. Este espaço auto-organizado, compreendido como mais favorável à formação e organização política das mulheres, é muitas vezes referido como um “espaço seguro”, justamente porque é percebido de maneira distinta dos espaços políticos mais tradicionais em que as mulheres afirmavam se sentir inseguras para agir diante do “machismo” praticado pelos homens. Esse “machismo” concerne a uma série de práticas que são identificadas como formas de agressão moral e psicológica, exposição e desqualificação intelectual. Atitudes que, num passado recente, poderiam ser consideradas como “elogio”, “brincadeira” ou “piada”, passam então a serem reconhecidas como violências, mediante um vocabulário capaz de nomeá-las. Desse modo, reconhece-se, por exemplo, que a prática masculina de interromper continuamente a fala de uma mulher não constitui uma eventualidade, mas

“machismo” e, como tal, violência¹¹. No entanto, se por um lado, a “auto-organização” de mulheres pretende solucionar provisoriamente a hierarquia entre os gêneros no movimento estudantil, por outro, revela as hierarquias existentes entre mulheres na sua imensa diversidade.

No que diz respeito à sua composição, o EME é diferente da UNE. Esta é formada por diversas organizações políticas de juventude segmentadas pelos campos políticos: “Majoritário”, “Popular” e de “Oposição de Esquerda”. São campos que se formam a partir dos acordos estabelecidos entre as organizações, objetivando a construção de blocos para a disputa da direção da entidade. As organizações que se aglutinam em um campo não estão essencialmente alinhadas, mas sim comprometidas num dado momento pelas suas negociações. Esta configuração em campos políticos é extremamente relevante para o Congresso da UNE, evento decisivo para os rumos da entidade, realizado bianualmente, que elege sua diretoria. Por outro lado, o EME não é um espaço de caráter deliberativo e, embora estes campos se mantenham delineados, não há uma disputa institucional explícita, as resoluções, campanhas, moções e cartas são construídas por meio do “consenso progressivo”.

Esta diferença fundamental entre o Congresso da UNE e o EME provavelmente foi central para a percepção das participantes de que esse seria também um espaço mais “tranquilo” em relação ao primeiro. Assim, as disputas travadas no EME não ocorrem através da competição por votos, mas sim em torno da distribuição das vagas dos ônibus que conduzem as caravanas para o encontro, das militantes “independentes”, que podem ser “conquistadas” para determinada organização, em torno dos diversos debates travados em seus espaços, nas campanhas e documentos produzidos, das diferentes vertentes de feminismo e suas distintas concepções, principalmente acerca do “machismo” e suas origens, do “gênero”, do “sexo” e da “sexualidade”. Sobretudo nas últimas edições do encontro, em que o EME cresceu em número de participantes, há um acirramento dessas disputas, nas quais se incluem as feministas radicais e independentes.

¹¹ Essa prática é designada pelo termo “*manterrupting*”, ou “homem interrompendo”. Além dessa, também são exemplos de práticas masculinas identificadas como “machismo”, o ato de explicar à mulher coisas que lhe são óbvias (“*mansplaining*”) e de roubar ideias anteriormente expressas por mulheres (“*bropropriating*”).

Há uma estrutura comum à programação das edições do encontro, que ocorrem durante um fim de semana, tendo início numa sexta-feira e se encerrando no domingo. Na sexta-feira, delegações de diversos estados chegam ao EME e se inicia o credenciamento: ao som das “batucadas feministas”¹², armam-se as barracas, estendem-se as bandeiras, o espaço vai sendo ornamentado por artefatos e corpos políticos, dividindo-se pelas organizações e pelos vários campos feministas. As faixas, bandeiras e estandartes de diferentes organizações demarcam os espaços do encontro, sobretudo do alojamento, que se segmenta pelos diferentes campos que compõem a UNE. Cartazes, pôsteres de lambe-lambe e grafites afirmam o espaço do encontro como um “território livre de machismo”, como um ensaio da sociedade almejada. Para o início da noite, há programada uma mesa de debate, em que artistas, acadêmicas e dirigentes políticas são convidadas a discutirem a conjuntura social, política e econômica. Esse planejamento das atividades muitas vezes é atrasado, o que abre espaço para a agitação, em que palavras de ordem são entoadas, algumas em unidade, outras polarizando, polemizando, criando tensões¹³. Há um clima de torcida organizada entre os campos políticos, que é particular dos espaços da UNE: criam-se paródias musicais que denunciam práticas julgadas incoerentes de determinado campo ou mais especificamente de determinada organização. Após o debate, acontece a primeira “cultural”¹⁴, que encerra a programação do primeiro dia de encontro.

No sábado, durante a manhã, geralmente ocorrem atividades do tipo “mesa de debate” – na última edição, também foi realizada uma “mostra científica” com apresentação de trabalhos das participantes – e, após o horário previsto para almoço, ocorrem os grupos de discussão, que nos últimos encontros foram referidos como “arenas feministas”. Os grupos de discussão abrangem um conjunto diverso de temas e pautas feministas e, dependendo do conteúdo debatido, os espaços podem se configurar de

¹² Grupos de percussão formados pelas organizações políticas, que, em sua maioria, utilizam materiais reciclados para produção de seus instrumentos.

¹³ Um exemplo de palavra de ordem unificada foi o grito uníssono de “Fora Cunha”, em referência ao ex-presidente da Câmara dos Deputados, autor do PL5069 que dificulta o acesso ao aborto legal em casos de estupro e à anticoncepção de emergência. Por outro lado, evidenciando polêmicas do movimento estudantil, organizações de oposição à União da Juventude Socialista (PCdoB) tensionavam cantando: “Ai ai ai ai/ mas que horror/ a UJS filiou estuprador”.

¹⁴ No contexto dos encontros do movimento estudantil, forma como são referidas as festas, geralmente com atrações e performances politizadas.

maneira bastante diferente entre si. Nas referidas edições em que a pesquisa etnográfica foi realizada, foram acompanhados os grupos de discussão sobre legalização do aborto e a “arena feminista” LBT, cuja temática é centrada nas questões relativas a lésbicas, bissexuais e trans. O primeiro se configurou como um espaço de acolhimento, em que foram relatados diversos casos de aborto clandestino e os efeitos da criminalização. O segundo, a “arena” LBT, foi um espaço de intensas disputas em torno das concepções de “gênero”, “sexo” e “auto-organização”, o que discutiremos mais adiante. No segundo dia do encontro, os grupos de discussão ocupam grande parte da programação, estendendo-se por toda a tarde e, após o período reservado para o jantar, acontece a segunda e última “cultural” do EME. No domingo, há a plenária final, em que são encaminhados os documentos construídos ao longo do evento, sendo iniciada pela manhã e se estende durante a tarde, momento em que as delegações se preparam para partir.

Em que pese a contínua ocupação do EME da UNE por participantes “independentes”, o encontro é bastante centrado nas organizações políticas que compõem a entidade. Nesse sentido, todos os documentos, a carta do encontro e a campanha encaminhada pela plenária final passam pelas organizações políticas que compõem a UNE. Em cada mesa de debate e grupo de discussão do EME há uma pessoa responsável pela relatoria que compõe a comissão de sistematização do encontro. Ao fim do segundo dia, após todos os espaços de debate, e na manhã seguinte, antes da plenária final, essa comissão se reúne às organizadoras do EME, que discutem esses materiais, a partir dos quais geralmente se constroem a carta do encontro e uma campanha. Qualquer participante pode se dirigir às membras da comissão de sistematização, remetendo propostas à plenária final e, até mesmo, requerendo a participação na reunião que constrói seus encaminhamentos, assim, integrando os debates e disputas que ali se desenrolam. No entanto, ainda que exista essa possibilidade, em geral, essa reunião tem sido conduzida sobretudo pelas militantes organizadas na UNE, que procedem na lógica do “consenso progressivo”. Em oposição à votação da maioria, o “consenso progressivo” é referido como uma metodologia colaborativa de tomada de decisões, fundamentada nos ideais de “horizontalidade”, “cooperação” e “unidade”, em que as propostas devem ser construídas de forma processual e coletiva. Nessa lógica, se, em relação a uma dada proposta, não é alcançado o consenso, então ela não pode ser aprovada. No tocante a essa metodologia e ao modo como as disputas são travadas em seus limites, uma de minhas

interlocutoras, integrante da “Oposição de Esquerda”, relata o percurso da aprovação da carta do VII EME:

Era um momento em que tinha acabado de acontecer o golpe no país e acho que tinha também um tensionamento muito grande sobre o quanto... a tese do golpe ser machista, né? A própria questão, a forma como as mulheres do PT colocaram essa questão. Eu acho que a gente tinha uma posição um pouco mais ponderada sobre isso. E foi um ano também que teve uma batalha metodológica no EME. Porque o EME, ele delibera por consenso. Ele não tira delegados e ele aprova suas opiniões de forma consensual. Então, pra isso, você não pode aprovar uma coisa que tenha – nem que seja um – coletivo que divirja. E nesse EME que a UJS (PCdoB) foi pela primeira vez com peso (...) elas deram uma batalha muito grande pra que o encontro aprovasse a questão sobre o golpe, que isso fosse central. E, por mais que nós tivéssemos uma opinião de que tinha sido golpe, a gente achava que o EME não podia quebrar esse precedente, né, porque isso significaria empurrar uma opinião de uma maioria. (...) E isso foi uma tensão muito grande, muito grande, que a gente segurou muito, assim, e junto com as meninas da Kizomba (PT). E aí, acabou que a gente fez uma carta consensual e acho que foi bem importante a carta de Niterói.

Como aponta Alvarez (2014), o momento atual dos feminismos se define pela contínua pluralização, diferenciação entre si e dentro de si. Segundo a autora, indagar os feminismos através dos *campos discursivos de ação* requer compreendê-los como elementos permanentes das formações políticas na modernidade descolonial. Ao analisarmos o EME da UNE, deparamo-nos com diversos campos feministas em ação e precisamente por isso o encontro se apresenta como um espaço eivado de conflitos, onde o principal desafio nos parece ser a produção dos consensos, a concertação de diferentes – às vezes divergentes – interesses e demandas. Apesar da heterogeneidade que o caracteriza, o encontro exprime os discursos articuladores dos feminismos contemporâneos e suas disputas constitutivas: a “autonomia”, a noção de que o feminismo deve abranger o combate de todas as formas de opressão e de que esse combate exige um enfrentamento direto – dramatizado pela palavra de ordem “não passará” –, além dos debates sobre corporalidades, sexualidades e identidades de gênero.

Nesse cenário, a metodologia do “consenso progressivo” é concebida como uma tentativa de fortalecimento de uma “cultura feminista”, a qual seria distinta dos modos tradicionais de condução da política, mais “verticalizada”, “agressiva”, “machista” e, portanto, menos democrática. É uma aposta cujos limites são reconhecidos pelas próprias agentes que constroem o EME, o qual ainda é centralizado pelas organizações que compõem os campos da UNE, além de um dos efeitos do “consenso progressivo” ser o de gerar resoluções imprecisas quando há dificuldade de concertar diferentes posições em dado debate. No entanto, a despeito de tais limites, o “consenso progressivo” é privilegiado como uma via possível de alcance de um fazer político mais equânime. Na seção seguinte, examinaremos de modo mais detido a heterogeneidade constitutiva desse espaço, suas principais disputas e as formas como são geridas pelas diferentes agentes que compõem o encontro.

“Arenas feministas”, “espaço seguro” e a transfobia no EME

Os esforços em imaginar e construir “espaços seguros” para as mulheres no ambiente do movimento estudantil culminam no fortalecimento da “auto-organização”, uma resposta das militantes feministas ao “machismo” presente em tais espaços da militância universitária. Essa resposta se perfaz pela exclusão das “ameaças” e a definição do que constitui uma ameaça está necessariamente relacionada às formas como a violência é percebida, como determinados sujeitos são codificados como potenciais agressores. Nesse sentido, elaboramos nossa análise segundo a abordagem de Mason (2006) que concebe a violência e o poder como instrumentalmente relacionados ao tratar das construções hierárquicas fundadas no gênero, na raça e na sexualidade. Para a autora, a violência é um instrumento de poder e esta função instrumental está articulada ao modo como a violência interfere em nossas formas de conhecer o mundo. Assim, para além de sua capacidade opressora, a violência – enquanto um instrumento de poder – age sobre os indivíduos moldando a maneira como avaliam situações e sujeitos que representam risco à sua segurança, ao passo que avaliam a si mesmos como potenciais vítimas. Em sua análise, isso significa que a identidade, real ou percebida, daqueles que são lidos como perpetradores da violência – nesse caso, os tipos padrão de masculinidade, branquitude e heterossexualidade – é crucial para a experiência de violação e para a construção da

percepção dos outros¹⁵. À vista disso, uma vez que as identidades – nesta pesquisa, em especial as identidades sexuais e de gênero – estão envolvidas em contínuos conflitos e negociações, especialmente no que se refere à questão de quais sujeitos incluir e excluir, são reproduzidas disputas, “tretas” e, até mesmo, outras violências. Algumas dessas violências se constroem como “casos”.

O Encontro de Mulheres Estudantes da UNE, como dissemos, é “auto-organizado”, o que significa que “homens não participam”. Esta é a frase empregada, tanto pela organização do EME, quanto pela maioria de suas participantes, para responder às solicitações de homens cis que desejam participar do encontro. Aparentemente coesa, esta resposta parece solucionar a questão, contudo, da maneira como está formulada, suscita brechas e produz arenas. A “auto-organização” do EME coloca em questão os próprios limites do que constitui mulheres e feminismos: quem são essas mulheres e em nome de quem o feminismo se movimenta? Em torno de tais questões, velhos dilemas são atualizados. Divergentes concepções sobre “gênero”, “sexo” e “auto-organização” são mobilizadas em disputas entre feministas que defendem a participação de pessoas trans, as quais nos referimos como trans-inclusivas, e feministas que se opõem, as trans-excludentes.

Em geral, esse conflito é referido pelas participantes como pertinente a feministas radicais, ou “radfems” (trans-excludentes) e participantes trans ou transfeministas (trans-inclusivas). No entanto, é crucial nos desdobramentos que esse conflito adquire, o modo como outras agentes que compõem o EME se posicionam, individual e/ou coletivamente. Além disso, como argumentaremos mais adiante, feministas que se identificam com o feminismo radical podem adotar posições trans-inclusivas. Nossa análise empreende as categorias de feministas trans-inclusivas e feministas trans-excludentes, compreendendo-as como posicionamentos que se manifestam de maneira contingente, ainda que o primeiro esteja bastante associado ao feminismo interseccional e transfeminista e o segundo ao feminismo radical. Desse modo, tomamos a defesa e a recusa da inclusão das

¹⁵ Neste texto, a autora elabora uma análise que busca construir pontes entre as teorias feminista e foucaultiana sobre o poder, frequentemente tidas como inconciliáveis. Segundo Mason (2006), a tensão entre as duas teorias se situa nas diferentes maneiras como compreendem o poder, no entanto, ambas reconhecem que o nexos entre poder e violência é instrumental. Assim, sendo a violência concebida como um instrumento de poder, a autora rearticula os paradigmas feminista e foucaultiano através da questão do conhecimento.

identidades trans na auto-organização como posicionamentos que podem ser tomados por diferentes agentes políticas que constroem o feminismo universitário. Na defesa da exclusividade das mulheres cis à participação do evento, acionam-se diferentes argumentos que reproduzem violências e, não raro, reforçam estereótipos de gênero, os quais se pretende combater.

Basicamente, quando afirmamos que há concepções de gênero divergentes em disputa, aludimos à chamada concepção abolicionista, ou materialista, do gênero, associada ao feminismo radical, e as contribuições dos estudos *queer*, acionadas pelo feminismo interseccional e pelo campo transfeminista. De acordo com a perspectiva abolicionista, gênero é uma noção mantida pelo sistema de crenças que classifica pessoas segundo o “sexo biológico” para a subordinação das mulheres pelos homens. Aqui, há uma separação entre sexo e gênero, onde o sexo é compreendido como pré-discursivo e determinante para a produção do gênero. Neste sentido, não se admite o conceito de identidade de gênero e transgeneridade, interpretados como uma forma de ampliar aquilo que se pretende abolir: o gênero. Em contraposição, os estudos *queer* se colocam de forma crítica à estrutura binária que estabelece dois sexos e dois gêneros, contestando o caráter naturalizado do sexo que, nessa abordagem, é compreendido como uma construção discursiva, assim como o gênero. Segundo Butler (1990a), sendo contestável o caráter fixo e substantivo do sexo, podemos, então, considerá-lo tão socialmente produzido quanto o gênero e, assim, a distinção entre ambos se revela absolutamente nula. Logo, não há uma base biológica de onde o gênero é determinado, ambos estão implicados em discursos e relações de poder.

Uma das diferenças fundamentais entre as duas concepções, que contribui para o entendimento das reflexões que suscitamos, tem relação com o conceito de agência, que designa as maneiras como as ações sociais estão enredadas, para além da teia de relações de poder, em certa intencionalidade¹⁶. O determinismo que perpassa uma concepção

¹⁶ Ortner (2007) reflete sobre a agência e discute os principais pontos que geram controvérsias sobre o uso do conceito no campo das Ciências Sociais. Ela analisa diferentes abordagens do conceito e afirma que, a respeito da relação entre agência e intencionalidade, os teóricos tendem a situar-se ao longo de um *continuum*. Num extremo, estão aqueles que conferem pouca ênfase à dimensão intencional das ações sociais e conceituam a agência como componente das estruturas sociais, atentando para as formas como as desigualdades de poder interferem na capacidade de agir dos sujeitos. No outro, estão aqueles que têm a intencionalidade ativa (mas não totalmente consciente) como algo central à sua formulação de agência, compreendida como a capacidade “de desejar, formar intenções e agir criativamente”. Ortner considera que

abolicionista impede que se reconheça a possibilidade dos sujeitos de, num campo maior ou menor de alternativas, subverterem as normas de gênero. Por outro lado, o conceito de agência é indispensável para compreender as formas como sujeitos interpretam o corpo sexuado de maneiras que não são limitadas pela aparente dualidade do sexo. Se não há uma essência determinante do gênero, é possível concebermos que as possibilidades de sua expressão estarão sempre em aberto (BUTLER, 1990a). Disso decorre o conceito de identidade de gênero que se refere à forma pela qual os sujeitos autodefinem seu gênero, o que não necessariamente possui uma relação de continuidade com o corpo, a expressão de gênero e o desejo. Sem considerar a agência, a concepção abolicionista do gênero compreende as relações generificadas como constituídas por homens opressores e mulheres vitimadas.

Embora o espaço do EME seja permeado pelos ideais de “liberdade” e “experiência”¹⁷, sendo percebido como uma oportunidade de experimentar uma liberdade inexistente fora dos limites do encontro, há também uma preocupação com a “segurança” das participantes. Essa preocupação com a integridade e proteção das participantes é revelada nas recomendações expressas pela organização do evento e por participantes como um todo: “evitem voltar tarde para o alojamento”, “não durmam fora do alojamento”, “não andem sozinhas”. Essa preocupação é acionada para a defesa da “auto-organização” como uma forma de construir o EME como um “espaço seguro” especialmente em relação à ameaça de violência sexual. Essa noção de “espaço seguro” amplia o sentido que mencionamos antes, invocando um tipo físico de violência extremamente marcado pelo gênero. Ela é acionada tanto por feministas trans-inclusivas quanto pelas trans-excludentes, mas o que diferencia cada uma é a concepção de quem representa um agressor em potencial. Para feministas trans-inclusivas, apenas homens cis representam uma ameaça de agressão às mulheres; para as feministas trans-excludentes, o falo é o que constitui a ameaça. Um episódio ocorrido na VI edição do encontro revela

ambos os campos de significados são importantes para o conceito de agência, propondo concebê-los a partir de um olhar que supere sua aparente dualidade.

¹⁷ Aqui dialogo com as categorias analisadas por Lima (2017) em pesquisa sobre o Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). Segundo a autora, o encontro é percebido pelos seus participantes como uma “extrema experiência de liberdade”, onde é possível “viver mais livremente a sexualidade individual e o seu corpo”. Conforme sua análise, de variadas maneiras, limites são impostos aos ideais de “liberdade” e “experiência” no espaço do encontro, que, assim como o EME da UNE, é extremamente marcado por tensões relativas às diferenças de gênero, raça e sexualidade.

conflitos e violências que envolvem a construção de espaços “auto-organizados” por mulheres, além de seus limites enquanto “espaços seguros”.

Em sua VI edição, em meio à montagem das barracas, havia uma pessoa que, por suas características físicas, podia ser lida como um homem cis. Essa pessoa, que usava calça e barba, estava se credenciando. Cochichos de “você viram que tem um homem aqui?” se espalharam pelo espaço e um clima de indignação latente se instalou. Ao longo do encontro, sua aparência foi se modificando: uma saia foi vestida, a barba foi retirada, um nome feminino foi credenciado e colocado em seu crachá – imaginemos que fosse Heloísa. No segundo dia, no grupo de discussão com temática LBT, a controvérsia em torno da utilização de banheiros femininos por mulheres trans teve centralidade no debate, sobretudo a suposta relação deste fato com o estupro de mulheres cis. A suposição era de que homens cis se travestiam para acessar o banheiro feminino e estuprar mulheres. Em entrevista realizada com uma das mediadoras desse grupo de discussão, ela relata a forma como Heloísa foi hostilizada nesse espaço:

Tinha um T ali, que é relevante, mas aí depois ficou óbvio que o T era também porque ninguém queria tirar, porque, inclusive, mesmo as pessoas que estavam propondo aquilo ali não tinham conhecimento do debate LGBT, LBT, suficiente pra bancar de dizer que era um espaço sobre mulheres que fazem sexo com mulheres. (...) Mas mesmo que fosse pra ser um espaço só de lésbicas e bissexuais, a Heloísa se reivindicava como lésbica – e esse foi o segundo problema sério que deu. Então, ela possivelmente também estaria lá. (...) A Heloísa fez uma fala sobre ser trans e ser lésbica, sobre como estava feliz de estar ali. Foi bem no começo, assim. Aí a galera caiu em cima, matando e tal... que lésbica é “mulher que tem buceta e gosta de buceta”, e “ela não tinha buceta”. E essa coisa super agressiva, sabe? Grosseira. (...) E aí teve a hora do almoço – isso foi só a primeira metade e nem foi a pior. (...) E na hora do almoço fui pedir desculpa pra ela (...) E aí, beleza, a Heloísa me deu um abraço, agradeceu e tal. Aí a gente voltou de tarde e o pau comeu mais ainda porque elas se organizaram, elas fizeram uma reunião na hora do almoço, as radfem, e elas chamaram outras radfem que estavam em outros GDs pra irem lá, pra pautar “lesbianismo político”, “apropriação do lesbianismo” e “tirem esse macho de saia daqui”.

Naquele momento, essa participante, que mediou o grupo de discussão LBT no VI EME, integrava uma das organizações políticas da “Oposição de Esquerda”, alinhada a uma concepção interseccional de feminismo. Por estar cumprindo a tarefa de mediação do espaço LBT, ela declara que se sentia responsável pela forma como o debate foi conduzido e por isso, ao longo do encontro, aproximou-se de Heloísa. Em seu relato, ela nos conta que foi jantar com Heloísa após o grupo de discussão e que naquele momento pode conhecê-la melhor. Ela descreve Heloísa como alguém muito jovem, no início de seu processo de transição de gênero, que tinha sido expulsa da casa dos pais e morava com os avós numa cidade do interior do Paraná. Em vista do conservadorismo de sua família e do alto índice de violência contra LGBTs em sua cidade, Heloísa estudava – estava no início da graduação – e trabalhava, a fim de adquirir condições para sair da casa dos avós e mudar de estado. Na visão de nossa interlocutora, de fato, à primeira vista, Heloísa era identificada como homem e isso colocava em questão a sua participação no encontro, no entanto, uma vez credenciada pela organização, era responsabilidade da entidade “banciar” a sua presença naquele espaço.

As tensões e violências que sucederam em torno da participação de Heloísa no EME continuaram naquela noite durante a última “cultural” do encontro. Heloísa chegou à “cultural” maquiada, vestindo um macacão e acessórios considerados femininos. Desde o grupo de discussão LBT, já havia pessoas hostis à presença de Heloísa, no entanto, a violência se tornou física quando foi observada beijando outra participante. Um grupo de pessoas agrediu Heloísa afirmando que ela estaria estuprando uma menina. Um tumulto se instaurou na festa, que foi interrompida, e um sentimento de pânico se espalhou pelas pessoas que afirmavam a presença de um estuprador no encontro. A roupa de Heloísa foi rasgada, ela recebeu tapas, arranhões e ameaças de castração até que os seguranças da universidade interviram. A expressão de seu desejo por outra mulher confirmava, para feministas trans-excludentes, a suposição de que Heloísa era um “macho de saia” e representava uma ameaça ao “espaço seguro” do EME.

Heloísa foi acolhida pela participante que mais cedo tinha mediado o grupo de discussão LBT. Ainda naquela noite, as participantes trans-excludentes se reuniram, entre as quais se incluíam as agressoras. Elas exigiam principalmente a expulsão de Heloísa do encontro. Na manhã seguinte, durante a reunião de construção dos encaminhamentos da

plenária final, o “caso” foi discutido e uma nota das LBTs foi produzida. As divergências que o “caso” gerou na reunião resultaram em uma nota vaga o suficiente para ser aprovada por consenso. A íntegra da nota diz o seguinte:

6o EME da UNE

Nota LBT

O 6o Encontro de Mulheres da União Nacional das Estudantes, realizado na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba contribui com o aprofundamento dos debates sobre a vida das mulheres, acumulado ao longo desses 10 anos de EME da UNE. Comemoramos o maior encontro da história do EME da UNE: na medida que o espaço se massifica, ele incorpora cada vez mais a pluralidade na concepção de feminismo, o que enriquece ainda mais o espaço. Diferentes e/ou novos conflitos nos desafiam cada vez mais, por isso nos mantemos firmes na luta contra o patriarcado, machismo, capitalismo, racismo, lesbofobia, bifobia, transfobia. O EME da UNE é essencialmente um espaço onde debatemos e construímos políticas para garantir mais direitos para as mulheres. A diversidade das mulheres e suas especificidades é bem vinda e precisa ser uma característica em que a **sororidade** e **solidariedade feminista** possa nos unir enquanto mulheres e fortalecer a nossa luta.

Combater o Machismo essa luta nos UNE!

A UNE somos nós mulherada aqui tem voz!

Curitiba, 03 de maio de 2015. (grifos nossos)

Em decorrência deste “caso”, diversas notas de repúdio e relatos pessoais foram escritos, gravados e publicados nas redes sociais e, durante alguns dias, o VI EME foi tema de intensos debates entre os grupos feministas. Duas principais narrativas foram disseminadas: as que afirmavam que o encontro teria sido invadido por um homem e as que buscavam dar conta do “caso” de transfobia. Ainda durante o EME, as organizações da “Oposição de Esquerda” se reuniram e construíram uma carta alternativa à nota que levava o nome do encontro e organizaram uma manifestação para se posicionarem publicamente contra a transfobia na plenária final. Embora este espaço não tenha sido isento de tensões, dele saiu um texto mais preciso sobre o “caso”, o qual afirma em um trecho:

Além de repudiarmos os casos de agressão que ocorreram, devemos salientar a importância de debates acerca das mulheres

LBTs. A identidade de gênero de uma pessoa não determina de maneira alguma sua orientação sexual. Uma mulher transexual pode ter qualquer orientação sexual: seja lésbica, bissexual, heterossexual ou qualquer outra. Pontuadas essas questões, nos comprometemos com essa carta a combater essas e outras violências e lutar para que elas não se repitam nos próximos espaços da UNE e de nossos coletivos.

Este “caso” de transfobia ocorrido no EME – possivelmente, o primeiro acontecimento a se tornar “caso” na história do encontro – repercutiu de tal maneira, contribuindo para a expectativa de que na edição seguinte essa tensão entre participantes trans-inclusivas e trans-excludentes emergiria novamente. De fato, vieram à tona; no entanto, de outros modos. Em sua VII edição, o EME cresceu em número de participantes cis e trans, incluindo a primeira diretora trans da UNE, que foi mediadora da “arena feminista” LBT. Diferente da VI edição, a presença de pessoas trans foi mais expressiva nesse grupo de discussão: além da mediadora, outras duas mulheres trans foram convidadas a compor a mesa de debate e muitas participantes mulheres e homens trans ocuparam este espaço. Não obstante, também foi ocupado em grande parte por feministas trans-excludentes, o que gerou tensionamento. A “arena feminista” LBT foi o maior, mais demorado e ruidoso grupo de discussão do encontro. Entre as convidadas que compuseram a mesa, as divergências em relação às concepções do que constitui o gênero foram postas de maneira respeitosa, entretanto, o restante da “arena” intervinha no debate. Aos gritos de “buceta”, feministas trans-excludentes apontavam suas divergências em relação ao que era colocado pelas convidadas ou aclamavam quando algo era dito em conformidade com seus posicionamentos. Esse grito, que sob alguns pontos de vista, pode ser percebido como “empoderamento”, em outros, assume um caráter violento.

A presença de homens trans na “arena” LBT e a postura de feministas trans-excludentes em relação a eles suscita outros elementos para esta reflexão. Assim que as intervenções da plateia se iniciaram, homens trans criticaram o silenciamento que sofrem nos espaços feminista e LGBT, atentando para a invisibilização de suas pautas nas falas das mulheres que integraram a mesa. Além disso, denunciaram a dificuldade enfrentada para participar do encontro, criticando a noção de que homens trans usufruiriam de privilégios assim como homens cis. Diante dessa discussão, pude observar que feministas

que há pouco entoavam gritos de “buceta” e se manifestavam de forma agressiva em relação às mulheres trans, agora se colocavam como aliadas de homens trans na defesa de sua participação no EME. E, nesse ponto, o caráter contingente das categorias trans-inclusiva e trans-excludente se torna nítido. Aparentemente, uma contradição, contudo, se atentamos para a centralidade que o órgão sexual assume na concepção das feministas trans-excludentes sobre as causas da opressão às mulheres, compreendemos os fundamentos dessa posição. Para elas, o silenciamento e a invisibilização que homens trans sofrem tem relação com o fato de terem sido designados mulheres ao nascerem. Nesse ponto, podemos concordar que homens trans sofrem maior invisibilização e silenciamento na sociedade e até nos espaços de militância. No entanto, para nós, a compreensão do que engendra esse apagamento requer o reconhecimento também da transfobia (RODOVALHO, 2017).

Nas entrevistas realizadas até o momento de escrita desse texto, a questão da “arena” LBT sempre é referida como um conflito que assumiu centralidade no encontro em suas últimas edições e que tem mobilizado as organizações políticas que planejam o EME. Para organizar o encontro, reúne-se a Diretoria de Mulheres da UNE – como mencionado, a diretoria da entidade é eleita a cada dois anos no congresso da UNE – que decide desde os eixos temáticos das mesas e dos grupos de discussão, as convidadas que mediam os debates, a estrutura do encontro (local, alimentação, alojamento e segurança), a produção e a programação. Assim, as organizadoras do EME buscam viabilizar sua realização junto às universidades, sobretudo àquela escolhida como sede do evento, e às secretarias municipais de políticas para as mulheres e sindicatos, quando existem essas possibilidades. No planejamento da VIII edição, segundo uma das organizadoras, a inclusão de uma “arena” LBT entre as atividades gerou debate entre as integrantes da comissão organizadora. Desde o “caso” de transfobia ocorrido em Curitiba, instaurou-se essa tensão entre as organizações políticas sobre o grupo de discussão LBT.

Considerando esse acontecimento e sua repercussão no encontro seguinte, o balanço feito pela Diretoria de Mulheres da UNE foi que essa tensão tanto esvaziou os outros debates, criando uma lógica de que todas as LBTs deveriam ocupar a arena LBT (em vez de participarem da discussão de outros temas que atravessam a vida das mulheres em geral), quanto alimentou o conflito entre participantes trans-inclusivas e

trans-excludentes. No entendimento das integrantes da diretoria, essa “polêmica” se tornou o centro da narrativa sobre o encontro, que, para elas, deveria ser outra, relativa ao fortalecimento da luta feminista no país. Isso foi colocado na reunião de organização do VIII EME, onde surgiu a proposta de não estabelecer um espaço LBT na programação, mas transversalizar essa pauta – e a pauta racial – em todos os grupos de discussão. No entanto, era nítido para parte da comissão organizadora que isso geraria “treta”, que seria visto como uma negligência do EME em relação a esse grupo e, portanto, algumas consideravam desfavorável a supressão da “arena” LBT. Outra proposta era prever um espaço de LBTs que fosse em horário distinto das “arenas”. Antes que esse debate fosse resolvido, as responsáveis pela comunicação divulgaram uma versão da programação, que não previa uma “arena” LBT – aliás, que não previa uma série de atividades que vieram a ser incluídas na versão final, divulgada depois. Nas palavras da entrevistada:

A galera jogou aquela programação e, na hora que jogou, eu falei “gente, como que vocês fazem isso?”. Porque daí é óbvio que a narrativa vai ser essa: “a galera esqueceu e agora vai tentar arrumar uma solução ‘puxadinho’”. Quando, de fato, sempre foi um debate, tanto que foi levado pra todos os coletivos, pra se posicionarem sobre isso e tal. (...) Claro que isso gerou mal estar, assim, acho que esse erro foi um erro grave, acho que alimentou, inclusive, a polêmica.

Como esperado, a divulgação prematura da programação, que não incluía uma “arena” LBT, gerou “treta” no evento de *Facebook* do VIII EME. As participantes publicaram seus questionamentos e críticas no mural do evento, reclamando especialmente da “falta de representatividade”. A partir dessa movimentação, foi criado um grupo com o objetivo de articular um espaço “auto-organizado” de LBTs no encontro. Pouco depois, a organização do evento alterou a divulgação das atividades, anunciando uma “mesa de debate: Mulheres LBTs em Movimento” em horário e formato diferente das outras “arenas”. A “auto-organização” das participantes LBTs ocorreu ao longo de todo encontro paralelamente à programação oficial. Com os atrasos das atividades do encontro, a “mesa de debate” foi transferida para o último dia e acabou sendo realizada em horário simultâneo à plenária final. Nesse espaço, a questão relativa à participação de mulheres trans no EME não teve tanta centralidade, no entanto, algumas tensões foram observadas entre participantes lésbicas e bissexuais.

A análise do “caso” de transfobia ocorrido no VI EME e de seus desdobramentos nos encontros seguintes nos revelam os limites da “auto-organização” como forma de construir “espaços seguros”. Embora seja uma estratégia política relevante para o fortalecimento dos feminismos – e das mulheres – em espaços de militância majoritariamente ocupados por homens cis – e atravessados pelo “machismo” -, a “auto-organização”, em si mesma, não é capaz de produzir uma “solidariedade feminista”, nem de resolver todas as relações de violência que atravessam o encontro. Por outro lado, mesmo diante de tais limites, a construção de espaços “auto-organizados” se apresenta como um anseio compartilhado pelas diversas agentes que compõem o feminismo universitário. Assim, diante da supressão da “arena” LBT, as participantes lésbicas, bissexuais e trans respondem mediante sua própria “auto-organização”. Nesse sentido, as identidades – no caso analisado, sobretudo as identidades sexuais e de gênero – têm ocupado um lugar central na conformação das percepções acerca de experiências marcadas pela violência e nas ações políticas que se constroem como respostas do “combate às opressões”. Na seção seguinte, apontamos e discutimos alguns dilemas envolvidos nesses modos de fazer política em que se inserem as militâncias do feminismo universitário.

Considerações finais

O EME da UNE, uma vez que abrange o conjunto amplo e diversificado de agentes que conformam o feminismo universitário, revela os conflitos e dilemas – não necessariamente novos – nos quais se envolve a política feminista contemporânea. Nesse estudo, concentramo-nos naqueles que se desenrolam em torno das identidades sexuais e de gênero e das relações entre feminismos e movimentos de esquerda. A “arena” LBT se constrói como um espaço de “treta” – e de violências – porque é o campo das disputas conceituais sobre gênero e sexualidade no encontro. É nela que diferentes concepções sobre gênero/sexo, sexualidade e identidade se digladiam. Corrêa e Vianna (2006) nos apontam que tais tensões se devem em grande medida ao êxito das “novas” teorias sobre gênero e sexualidade que legitimam a multiplicação de sujeitos sexuais. Ao mesmo tempo, apontam as autoras, esse desdobramento bem sucedido se choca com as resistências de parte da militância feminista em renunciar ao “patrimônio” construído em torno da categoria de representação “mulher” – em especial, de um sentido essencializado dessa categoria. O “caso” de transfobia ocorrido no VI EME dramatizou esse conflito,

gerando efeitos em edições posteriores do encontro, que nos parece ser cada vez mais trans-inclusivo, a despeito das dificuldades em responder ao “caso”. Consideramos que a nomeação de mulheres trans para cargos de diretoria na UNE¹⁸ configurou uma resposta da entidade ao ocorrido no VI EME, contribuindo para o reconhecimento das identidades trans em seus espaços.

O caso de Heloísa nos aponta empiricamente que a identidade de gênero não se resume à auto-identificação. Identificar-se como mulher não produz automaticamente o reconhecimento. Essa questão é analisada por Rodovalho (2017) que aborda os limites da auto-identificação relativa ao gênero na constante e tensa negociação de sentidos do “ser” e do “parecer” em interações sociais entre cis e trans. Segundo a autora, a auto-identificação não é determinada unilateralmente, uma vez que ela depende da legitimação exterior ao sujeito, sobretudo do grupo com o qual se identifica. A aparência masculina de Heloísa, decodificada como “agressora” (MASON, 2006), desestabilizou para algumas participantes a percepção do EME como um “espaço seguro”. Heloísa não precisou manifestar qualquer comportamento violento para que fosse reconhecida como “ameaça” por algumas pessoas – ao contrário, permaneceu inerte mesmo quando agredida verbal e fisicamente. Apenas sua imagem, associada por algumas participantes à “macheza”, foi suficiente para gerar indignação e demandas pela sua exclusão do espaço “auto-organizado”.

Por outro lado, as mesmas pessoas que adotaram posturas trans-excludentes em relação a mulheres trans no EME, posicionaram-se de forma trans-inclusiva quanto à participação de homens trans. O incômodo das feministas trans-excludentes, parece-nos, não está somente na descontinuidade entre gênero, sexo e desejo, mas também na possibilidade do falo ocupar espaços feministas. Nessa perspectiva, ele é julgado como contrário à noção de “mulher” que, por sua vez, é tomada num único sentido. Nele, para ser mulher, é indispensável ser “fêmea”, a qual é compreendida como subordinada ao “macho” e, portanto, sujeito legítimo de sua luta por emancipação. É preciso sofrer para ser mulher e resistir. Esquece-se que o Brasil é o país que mais mata travestis e

¹⁸ Na gestão de 2015-2017, duas mulheres trans foram nomeadas para ocuparem cargos de diretoria da entidade.

transexuais no mundo¹⁹, enquanto se focaliza em uma política feminista pautada sobre uma identidade rígida da “mulher”. Ao examinarmos nosso material empírico, observamos que esse conflito, entre feministas trans-excludentes e mulheres trans, manifesta-se de duas formas. É interpretado tanto como um conflito relacionado à transfobia – ou seja, uma relação atravessada pela cisnormatividade que oprime pessoas trans – quanto relacionado a uma “divergência teórica”, isto é, como uma oposição entre leituras “materialistas” e “pós-modernas” sobre gênero.²⁰

Ao tratar sobre as chamadas *feminist sex wars* – a polarização do debate feminista acerca da sexualidade entre abolicionistas e militantes “pró-sexo”, que marcou o período da década de 1980 – Gayle Rubin (1984) comenta a tendência em considerar que a resolução de determinados antagonismos pode ser encontrada em uma posição moderada. Ou seja, segundo a autora, é comum a crença de que a verdade se localizaria em um meio-termo. Para ela, esse tipo de posição se basearia em uma caracterização equivocada dos dois polos do debate como igualmente extremistas. Logo, essa caracterização é nitidamente problemática uma vez que observamos que apenas um dos polos defende a exclusão do outro. No contexto analisado do conflito entre feministas trans-excludentes e mulheres trans, as dificuldades que surgiram na construção do posicionamento do EME sobre o “caso” de transfobia ocorrido na VI edição se devem principalmente pela noção, compartilhada entre muitas integrantes da comissão organizadora, de que o encontro não deveria “entrar na polêmica”. Esse episódio, e a carta LBT do VI EME que dele resultou – imprecisa o suficiente para não comprometer o encontro com nenhuma das perspectivas envolvidas no “caso” – revelam os problemas ligados à visão desse conflito como uma questão de “divergência teórica”.

¹⁹ Segundo a ONG internacional *Transgender Europe*, o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo, liderando o ranking desde 2009 quando o *Trans Murder Monitoring* foi lançado. Essa classificação se refere aos dados relativos ao período de 2008 e 2016 (última atualização do mapeamento) em números absolutos.

²⁰ No ambiente da militância de esquerda, que localiza no materialismo histórico o modo de compreensão da ordenação da sociedade e das relações sociais, a categoria “pós-moderno” emerge como acusação. Em relação ao uso do termo “pós-moderno” na qualidade de acusação, Butler (1990b) argumenta que assim ele é utilizado para rotular produções acadêmicas que apresentem uma análise discursiva, crítica à noção de sujeito e a descrições sociais totalizantes. Segundo Butler, aqueles que visam deslegitimar e recusar um conjunto de críticas sob a rubrica do “pós-modernismo” buscam manter tais questões como traços não problematizáveis da política, ancorando as suas bases em fundamentos que são constituídos por meio de exclusões.

Por outro lado, analisamos que esse episódio e seus desdobramentos nos EMEs seguintes dizem respeito a outro desafio dos feminismos, o qual não é novo, mas se reinventa no presente. Sobretudo com a proliferação de sujeitos políticos marcados pelas diferenças de gênero e sexualidade, a militância feminista tem se construído sobre a ênfase na política de reconhecimento das identidades historicamente marginalizadas. Ao privilegiar a política da diferença, a militância feminista tem se defrontado com problemas relativos à representação política, à legitimidade de quem ocupa esses espaços de representação. A ênfase na política identitária, com a proliferação dos sujeitos e seus “lugares de fala”, parece apontar para a impossibilidade de produção de consensos, das sínteses necessárias à ação coletiva. Esse impasse é referente ao que Nancy Fraser (2001) chama de dilema da redistribuição-reconhecimento. De acordo com a autora, há uma tensão entre as lutas por reconhecimento – mobilizadas em torno da afirmação da identidade de grupos específicos, como no caso das “mulheres” – e as lutas por redistribuição – que buscam contrapor o problema da exacerbada desigualdade material que atinge a maioria dos países no mundo. Enquanto uma enfatiza a diferenciação dos grupos, a outra pretende abolir as especificidades de grupo em favor da igualdade político-econômica. Embora pareçam antagônicas essas duas formas de reivindicação política, em sua análise, a autora afirma que a justiça exige ambas.

No âmbito do EME, e da política feminista de um modo geral, a questão das LBTs emerge como uma luta por reconhecimento (das lésbicas, bissexuais e transexuais) no interior de outra luta por reconhecimento (das mulheres). Para as organizadoras do EME, que em sua maioria são militantes de partidos de esquerda, essa é uma das principais razões que as conduzem à posição de que o encontro não deve “entrar na polêmica”, nem ter o centro de sua narrativa situado na questão LBT. Para elas, embora seja necessário se posicionar sobre os “casos” de violência, o encontro deve privilegiar suas pautas mais gerais, que são aquelas relativas à experiência de ser mulher (no limite, a experiência de ser mulher em um mundo marcado pela desigualdade de classe). Segundo essas agentes, a auto-organização não é uma política em si mesma, nem o EME um encontro em si mesmo, mas ferramentas necessárias à organização política das mulheres. As ações do feminismo universitário, no entanto, ocupam-se frequentemente em solucionar os “casos” a partir do entendimento de que a política não pode ser

conduzida à custa dos sujeitos, de que nenhum tipo de opressão deve “passar” – ainda que isso desacelere as “lutas gerais”.

Referências Bibliográficas:

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, dez. 2014.

BOLTANSKI, Luc. La Denonciación. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, v. 51, 1984. Pp. 03-40.

BOLTANSKI, Luc & CLAVERIE, Elisabeth. 2007. "Du monde social en tant que scène d'un procès". In.: L. Boltanski et ali (orgs.) *Affaires, scandales et grandes causes: de Socrate à Pinochet*. Paris: Stock. pp. 395-452.

BUTLER, Judith (1990a). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. (1990b). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 11-42, jan. 2013.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 347-363, abr. 2017.

CLAVERIE, Elisabeth. La naissance d'une forme politique: l'Afaire du Chevalier La Barre. In.: ROUSSIN, Ph. (Ed.) *Critique et Affaires de Blasphème à L'Époque des Lumières*. Paris, Honor. Champion, 1998.

FACCHINI, R.; FERREIRA, C. B. de C. Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 04-05, set. 2016.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, p. 199-228, jun. 2015.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 10, p. 58-78, jan/fev/mar/abr. 1999.

FRASER, Nancy (2001). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

GLUCKMAN, Max (1958). Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In.: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987.

LIMA, Stephanie Pereira de. Os limites da “experiência” e da “liberdade” no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 256-276, abr. 2017.

MASON, Gail. Violence: an instrument of power. In: *The Spectacle of Violence: homophobia, gender and knowledge*. London: Routledge, 2006.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In.: GROSSI, M.P.; ECKERT, C.; FRY, P. (Orgs). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, fev. 2017.

RUBIN, Gayle (1984). Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In.: RUBIN, G. *Políticas do Sexo*. Tradução: Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

VIANNA, Adriana; CORRÊA, Sonia. Teoria e práxis em gênero e sexualidade: trajetos, ganhos, perdas, limites... pontos cegos. *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*, 2006.